

LEITURA DE ANIMALIDADES: ZOOLITERATURA E OS LIMITES DO HUMANO

Maria Esther Maciel (2023).

Animalidades: zooliteratura e os limites do humano

(São Paulo: Instante)

«Deus disse: “Que a terra produza seres vivos segundo sua espécie: animais domésticos, répteis e feras segundo sua espécie” e assim se fez. Deus fez as feras segundo sua espécie, os animais domésticos segundo sua espécie e todos os répteis do solo segundo sua espécie, e Deus viu que isso era bom. Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem, como nossa semelhança, e que eles dominem sobre os peixes do mar, as aves do céu, os animais domésticos, todas as feras e todos os répteis que rastejam sobre a terra.”» (Gn, 1, 24-26. *Bíblia de Jerusalém*). No momento da criação do mundo, no quinto dia, Deus fez os animais que habitam a Terra e os entregou à criatura feita à sua imagem e semelhança, o homem, para que os dominasse e deles se servisse. Homem e animais são criados separadamente, não compartilham animalidade, essa restrita aos seres desprovidos de razão. Para muitos, esse trecho do Gênesis justificou o domínio da natureza pelo homem e o desprezo pelo destino dos demais seres vivos não humanos. Em trabalho clássico da historiografia, *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, publicado em 1983, o historiador inglês Keith Thomas trata das mudanças de percepção em relação ao mundo natural ao longo da modernidade que vai da destruição à simpatia, derivando com Humboldt a um pensamento ecológico. Uma simpatia que, não por acaso, coincide com a ascensão do capitalismo industrial e de uma razão instrumental que vê na natureza um território de conquista. Thomas chama a atenção aos fundamentos teológicos do predomínio humano, intacto mesmo depois da queda e do pecado original, que acompanham as práticas predatórias do capitalismo, até a consciência de compaixão pelas criaturas brutas. Antes disso, em 1973, Raymond Williams, em *O campo e a cidade na história e na literatura*, já havia tratado da presença na literatura e no pensamento social da modernidade das relações entre campo e cidade, ou seja, entre natureza e cultura, que acompanham o desenvolvimento do capitalismo agrário que substitui o campesinato tradicional e o surgimento da

Revolução Industrial. Quanto mais urbana e industrializada se tornava a sociedade britânica, mais poética bucólica se produz em uma espécie de exéquias de um mundo em decomposição. Quanto mais fumacentas e violentas eram as cidades inglesas, mais se desejava um Arcádia amena e pitoresca. Ambos os historiadores foram sensíveis não apenas à emergência de uma histórica ambiental, hoje um ramo consolidado de estudos, mas à importância da literatura como um campo privilegiado de elaboração de representações e práticas em relação ao mundo natural e aos animais.

Do ponto de vista dos estudos literários, Maria Esther Maciel, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil, tem se destacado no campo da zooliteratura ou zoopoética, o estudo da produção poética voltada ao universo dos animais que, segundo a autora, «permitem-nos uma compreensão dos animais, da animalidade e das interações humano/não humano também pela via dos sentidos e da imaginação» (28). É o que ela desenvolve nesse recente trabalho, *Animalidades: zooliteratura e os limites do humano*, publicado em 2023 pela editora Instante. Esse livro desdobra outra publicação de 2016, *Literatura e animalidade* (editora Civilização Brasileira); anteriormente a autora já havia publicado, em 2008, *O animal escrito: um olhar sobre a zooliteratura contemporânea* (editora Lumme). A autora começa por tentar entender como, na modernidade, o pensamento, sobretudo a partir de Descartes, passou a considerar a razão como a faculdade suprema da existência, tornando «o animal um estranho a nós, um outro sem alma, incapaz de pensar e, conseqüentemente, reduzido a um mecanismo» (14). O animal torna-se um antônimo do humano, uma alteridade radical, uma monstruosidade que se opõe a tudo o que é humano, pelo menos até Charles Darwin, que não apenas evidenciou as nossas origens animais, «como reconheceu neles faculdades até então exclusivas dos humanos, como inteligência, memória, senso de humor, atenção, imaginação emoções complexas, associação de ideias e até mesmo autoconsciência» (26). É a partir dessa consciência da capacidade animal de sentir e sofrer que, no final do século XIX, a literatura e as artes passam a tratá-los «sob uma perspectiva mais ética e não circunscrita aos recursos da metáfora, da alegoria, do antropomorfismo e da metamorfose» (27). Assim, emergem novos conceitos híbridos de zooliteratura, as práticas literárias com enfoque nos animais, e a zoopoética, o estudo teórico de obras sobre animais. Trata-se da compreensão dos animais, da animalidade e das interações entre humanos e não humanos por meio da imaginação.

O que Thomas e Williams haviam percebido em sua pesquisa empírica nos arquivos históricos, e nos revela o trabalho de Maciel, é que a imaginação

poética é um espaço privilegiado de elaboração de uma compreensão do mundo dos animais e de suas interações conosco, o que não se pode compreender apenas a partir da razão. Os escritores «buscam ocupar, ficcionalmente, a interioridade emocional e mental dos bichos para depois “traduzi-la” em linguagem humana, conferindo-lhes uma voz particular e um espaço poético ou narrativo na escrita» (38). Essa narrativa ficcional e/ou poética preenche esse espaço mudo das relações entre as espécies que não possuem uma linguagem comum e constituem, portanto, documentos privilegiados para a compreensão histórica de nossas percepções e práticas sociais relacionadas à natureza e aos animais. Poetas e escritores, como diz a autora, «dão-se a essa tarefa imaginativa para entrar na subjetividade não-humana» (155). Dessa maneira, a literatura dá forma a algo ignorado muitas vezes pela ciência, a consciência animal, que «os humanos não são os únicos seres providos de consciência, sentimentos, atos intencionais e inteligência» (p. 162-3).

Maria Esther Maciel traz em seu texto os animais incríveis que povoaram a ficção, os bois de Guimarães Rosa, Argos, o cão de Ulisses na Odisseia, o cãozinho Flush, biografado por Virginia Woolf, o vira-latas Mr. Bones, de Paul Auster, a cadela Karenin de Milan Kundera, Ulisses e Dilermando, amigos caninos de Clarice Lispector, que também nos deu um búfalo, uma galinha, uns peixes e umas baratas memoráveis, o cão filósofo do mestre Machado de Assis, cães que têm três capítulos só para eles, o urso polar da nipo-alemã Yoko Tawada, sem falar na morte da cachorrinha Baleia, de Graciliano Ramos, talvez a experiência mais traumática pela qual os jovens brasileiros passam em seu ensino básico. As referências literárias do trabalho de Maciel não são apenas da literatura brasileira, a autora não cai na armadilha da literatura nacional, embora escritores como Clarice, Guimarães, Graciliano, Drummond, Ailton Krenak, Hilda Hilst e autores amazônicos como Olga Savary, Astrid Cabral, Nicodemos Sena ou o pantaneiro Sérgio Medeiros, entre outros, ocupem o centro de sua análise. Cabe ressaltar que o capítulo sobre a literatura contemporânea brasileira, centrado na Amazônia e Pantanal, enfrenta o debate político da destruição planejada e orquestrada pelo então governo de extrema direita com muita valentia. A autora circula entre autores brasileiros e internacionais, entre clássicos e literatura contemporânea, trazendo uma diversidade de vozes que tratam desse esforço de representação que significa dar forma a «um espaço compartilhado no qual a animalidade, longe de ser vista como uma ameaça aos humanos, torna-se uma condição comum entre homens e outros viventes animais» (123).

A zoopoética de Maria Esther Maciel, junto a sua leitura de Derrida, nos ajuda a superar a premissa de Heidegger, em *A essência da linguagem* (1958), de que os animais são incapazes de morrer por sua incapacidade de linguagem; ou seja, ao não possuir linguagem o animal não existe por não ter consciência de si, não sabe de começo ou de fim, não é consciente de sua mortalidade, o que seria apanágio apenas dos animais humanos (78). Os documentos literários parecem atestar-nos que os animais têm sentimentos como nós, que Baleia, como nós leitores, sabia que ia morrer e, como nós leitores, ficou atarrada diante dessa tragédia.

Além disso, a autora, ainda que brevemente, introduz no que Foucault chamou de arquipélago carcerário, formado por instituições de confinamento como prisões, hospitais e escolas (a autora cita museus em lugar de escolas, o que não deixa de ser factível) uma outra instituição de confinamento, os zoológicos, «um ponto de intersecção entre confinamento e exposição pública» (98). Uma ideia incrível, que poderia ter sido mais explorada, quem sabe em algum outro trabalho.

Esse trabalho inovador é extremamente bem escrito, de leitura fácil e agradável, sem perder o rigor acadêmico. Tanto para quem trabalha com a crítica literária, quanto quem utiliza a literatura como fonte histórica encontrará nesse livro uma interpretação atualizada, arrojada, com referências teóricas sólidas e uma interpretação sensível dos autores mobilizados para preencher esse espaço complexo das relações entre as espécies e as suas representações literárias. Destaco ainda o belíssimo projeto gráfico e a capa de Fabiana Yoshikawa, com ilustrações primorosas que dialogam com o conteúdo do livro. Como pequena nota crítica, a cor mais clara escolhida para as notas de rodapé torna a sua leitura um pouco complicada para os leitores míopes, mas nada que impeça o prazer da leitura.

AMILCAR TORRÃO FILHO
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
atorrao@pucs.br



Copyright © Amílcar Torrão Filho, 2024. This document is under a Creative Commons Attribution-Non commercial-No Derivative Works 3.0 Unported License. To see a copy of this license click here <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/legalcode>.